

A LINGUÍSTICA EM DIÁLOGO

VOLUME
COMEMORATIVO
DOS 40 ANOS
DO CENTRO
DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE
DO PORTO

COMISSÃO ORGANIZADORA

João Veloso

Joana Guimarães

Purificação Silvano

Rui Sousa-Silva

40

anos



| | |
|------------------|--|
| TÍTULO | A Linguística em diálogo Volume comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto |
| COORDENAÇÃO | João Veloso Joana Guimarães Purificação Silvano Rui Sousa-Silva |
| EDITOR | Centro de Linguística da Universidade do Porto |
| ANO DE EDIÇÃO | 2018 |
| CONCEÇÃO GRÁFICA | Invulgar - Artes Gráficas, S.A. |
| TIRAGEM | 200 exemplares |
| ISBN | 978-989-54104-3-9 |
| DEPÓSITO LEGAL | 443246/18 |

A publicação deste volume contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do financiamento atribuído ao Centro de Linguística da Universidade do Porto ao abrigo do Fundo de Reestruturação de Unidades 2016 - Ref^a UID/LIN/0022/2016.

REPRESENTAÇÃO E DERIVAÇÃO EM FONOLOGIA

Joaquim Brandão de Carvalho
jbrandao@univ-paris8.fr
Université Paris 8

1) 40 anos... o que nos leva a 1976, ano que pôs um fim provisório à crise aberta em 1968 por *SPE*. Foi em 76 que John Goldsmith introduz em fonologia uma rutura cujos efeitos se sentem até hoje: a **teoria autosegmental**. Pierre Encrevé qualificou essa rutura como o mais importante acontecimento desde a invenção do alfabeto no campo da representação da faceta sonora das línguas. Desde então já não é possível considerar as palavras como puras sequências de “letter-like tokens”; distinguiu-se, pela primeira vez, entre os segmentos dum morfema e as *posições* que eles ocupam, defendeu-se a ideia de que o segmento é um conjunto de melodias com uma estrutura interna, e começou-se a pensar em termos de sincronização entre melodias e posições, como se os traços fossem tons. Se o número de operações fonológicas foi reduzido a duas (*spreading* e *delinking*), tudo isso levou a um acréscimo da complexidade e também da abstracção das representações: nada mais abstrato, por exemplo, que uma posição temporal pura.

Essa abstracção, por si, não constitui motivo de crítica: o defeito que pode ter uma teoria não é ser ela demasiado abstrata, é ser *arbitrária*. Ora aí é que residia a crítica fatal feita a *SPE* pelos seus próprios autores no último capítulo do livro: as regras fonológicas são arbitrárias; tanto geram o possível quanto o improvável ou até o impossível. A teoria autosegmental

– cujo principal representante é hoje em dia a fonologia do governo (Kaye, Lowenstamm, Scheer) – apareceu assim a muitos como um projeto em que, graças às representações, se pudessem motivar as regras do modelo clássico e talvez até acabar com elas, ou seja no mínimo justificar e no melhor dos casos eliminar a derivação da teoria fonológica. Nessa ótica, motivar um processo é mostrar que ele obedece a certos *princípios* ou “condições de boa formação” impostas às configurações autosegmentais (PCO, NCL, Alinhamento, Governo, Licensing...), ao invés doutros processos, que por essa razão resultam ser “agramaticais”. Toda a variabilidade é suposta provir de *parâmetros* associados aos princípios.

2) Interessante é comparar a contribuição da fonologia autosegmental com a segunda grande rutura em relação ao legado de *SPE*, ocorrida essa durante a primeira metade dos anos 1990: a **Teoria da Optimidade (OT)**, hoje predominante, nomeadamente na América.

Três pontos essenciais caracterizam OT, teoria da interação entre restrições cujos efeitos são potencialmente contraditórios:

- (i) as regras de *SPE* são substituídas por restrições violáveis e universais, sendo variável apenas o *ranking* das restrições, que difere de língua para língua;
- (ii) a tensão dialética entre restrições de marcação e restrições de fidelidade, sendo que as primeiras regem as formas fonéticas, e as segundas a relação entre estas e as formas abstratas;
- (iii) o carácter paralelo da derivação, que elimina o serialismo de *SPE* (pelo menos na versão clássica da OT).

Em relação à fonologia autosegmental em particular, podemos também notar dois pontos intimamente ligados, que podem parecer um retrocesso:

- (iv) salvo exceção (como em tonologia ou em métrica), os *inputs* usados na OT são, em geral, idênticos aos de *SPE*, ou seja meras seqüências de letras;

- (v) as restrições de marcação da OT têm o mesmo defeito que as regras: são formalmente arbitrárias, não havendo teoria representacional que as motive – de modo que para muitos basta serem elas “*phonetically-grounded*” (aspeto que é muitas vezes difícil de averiguar).

A comparação é extremamente interessante por termos aqui duas maneiras diferentes de responder à pergunta: *que será uma fonologia sem regras?* Para eliminar as regras, o projeto autosegmental insiste na estrutura das *representações*, a OT no cálculo da *derivação* (paralela). Será possível superar essa oposição, unificar as duas teorias? É esta a questão epistemológica mais interessante que, a meu ver, nos proporciona a fonologia dos últimos 40 anos.

3) Casos de concorrência entre teorias são banais em ciência. A física é pródiga em exemplos desses, e fornece-nos três maneiras de superar tais dilemas. O primeiro – e o mais simples – é quando uma teoria mais global “anexa” uma teoria parcial anterior – caso da relatividade em relação à mecânica clássica. Não me parece que isso se possa aplicar ao nosso caso: nenhuma das duas teorias fonológicas é mais global do que a outra.

O segundo exemplo é quando duas teorias concorrentes explicam domínios distintos – caso (ainda não realizado) da relatividade e da física quântica. Aqui é que deveria ocorrer uma verdadeira “unificação”, tornando-se ambas as teorias casos particulares duma terceira mais abrangente do que uma e outra. Tampouco me parece que isso se possa aplicar ao nosso caso: os domínios da fonologia autosegmental e da OT sobrepõem-se largamente.

O terceiro exemplo é o que me soa mais interessante para o efeito. Até aos anos 20 do século passado, as leis da natureza – a luz, por exemplo – pareciam exibir um dualismo misterioso: certos dados apontavam para um fenómeno corpuscular, devendo portanto haver uma partícula a descobrir; outros dados apoiavam a ideia de que se tratava de um fenómeno ondulatório. E assim foi até que Louis de Broglie conseguiu explicar que a luz era *ao mesmo tempo* uma partícula e uma onda, dependendo do “ponto de vista”: uma é o limite da outra. Já me esqueci há muito do que

são os pontos de vista definidos por de Broglie, mas julgo que há pelo menos uma pista a explorar nesse sentido para responder à pergunta: *se na fonologia cabem tanto a representação quanto a derivação, por onde passa a fronteira entre ambas?* Parece-me que a resposta que vou sugerir a essa pergunta se enquadra de maneira interessante com pesquisas recentes sobre a estrutura – modular? – da gramática.

4) *Back to basics*: do “arquifonema” de Trubetzkoy (p. ex. o castelhano)...

(1) a. /m/ ~ /n/ ~ /ɲ/

| | | |
|----------|----------|----------|
| ['kama] | ['kana] | ['kaɲa] |
| [so'mar] | [so'nar] | [so'ɲar] |

b. /N/ = {nasal}

| | | |
|----------|----------|-----------|
| ['kampo] | ['kanto] | ['baɲko] |
| ['aɲtʃo] | ['pan/ɲ] | ['bjen/ɲ] |

... ao “morfo-fonema” de Bloomfield (por ex. o somali)

| | <i>singular</i> | <i>definido</i> | <i>plural</i> | |
|--------|-----------------|-----------------|---------------|----------------|
| a. /m/ | [la:n] | [la:nta] | [la:mo] | “ramo” |
| | [sin] | [sinta] | [simo] | “anca” |
| b. /n/ | [da:n] | [da:nta] | [da:no] | “beira d’água” |
| | [sa:n] | [sa:nta] | [sa:no] | “esconderijo” |

Assumem-se tradicionalmente duas derivações:

(3) a. Cast. /N/ → [m, n, ɲ, ŋ] / _P, T, C, K, e [n/ɲ] / _# (= “regra alofónica”)
 b. Som. /m/ → [n] / _T, #

Todavia, estes processos divergem consideravelmente:

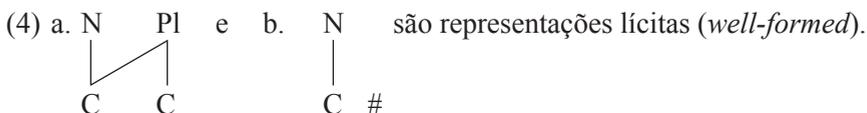
a. (3a) resulta da análise distribucional, (3b) da alomorfia;
 b. /N/ segue da conceção clássica do fonema como objeto linear, i.e.,

duma hipótese sobre *representações*: [mp] = /N+p/ onde não há *feature overlapping* a nível fonológico;

c. /m/ explica o conhecimento *morfológico* do falante: /la:m/ → pl. [la:mo], não *[la:no].

Pergunta 1: será a derivação em (3a) necessária?

Na realidade, castelhano e somali partilham a mesma restrição sobre a coda nasal, a qual não possui traço de lugar próprio, de modo que só

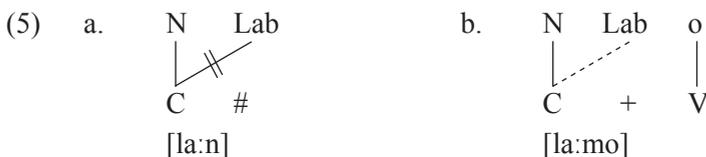


Pergunta 2: por que razão o somali, mas não o castelhano, tem (3b)?

Porque o somali tem raízes que acabam ora com /m/ ora com /n/, daí a alomorfia em (2a) dada a restrição acima.

→ **Fonologia idêntica, mas léxico diferente:**

- a. Na fonologia propriamente dita, não existem fenómenos como propagação ou *delinking* de traços: a chamada assimilação e, em geral, os fenómenos harmónicos requerem pura e simplesmente associações do tipo *many-to-one*.
- b. Só em virtude da alomorfia se pode dizer que dado objeto se converte noutra diferente, como em (5a) ou (5b) (consoante for [Labial] um traço fixo ou flutuante no léxico):



5) Conclusão:

- a. Teoria baseada em *representações* descreve melhor o funcionamento interno da fonologia vista como um módulo autónomo da gramática (\neq “T-model” clássico).
- b. *Derivações* ocorrem apenas quando a fonologia interage com outros módulos linguísticos tais como a morfologia, a sintaxe (cf. o sandhi) e o léxico.

(Mesmo nesse caso, aliás, haveria que averiguar se são sempre necessárias derivações; está-se ainda à espera duma teoria da supleção (fraca) e do câmbio analógico!)

Seria interessante explorar nesse sentido o funcionamento interno e a interação doutros módulos linguísticos tais como a sintaxe e a semântica.